



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

JUSTIFICATIVA PARA RETORNO DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE AMPLIA AS COMPETÊNCIAS DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Na 100ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL foi analisada a proposta de resolução que “*Altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999*”, encaminhada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Pelo Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, compete ao CNRH, dentre outros, “*promover a articulação do planejamento de recursos hídricos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários*” (art. 1º, inciso II).

Tendo em vista que, pelo art. 22 deste Regimento, cabe às Câmaras Técnicas “*examinar e relatar ao Plenário assuntos de suas competências*”, na 100ª reunião da CTIL, foi sugerida a alteração da redação dos incisos “b)” e “d)” do art. 1º da proposta, conforme apresentado em anexo, para melhor adequar os mesmos às competências do CNRH e desta Câmara Técnica,

Além disso, ressaltamos que ao longo dos debates da proposta foi levantada a questão da pertinência ou não de ser alterado o nome da Câmara Técnica tendo em vista a ampliação de suas competências. Desta forma foi sugerido que a CTPNRH reavalie a questão do seu nome.

Curitiba/PR, 20 de maio de 2008

Martha Regina von Borstel Sugai
Representante das Concessionárias e Autorizadas de geração de Energia Hidrelétrica
na 100ª reunião da CTIL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

ANEXO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº XX, DE XX DE XXXX DE 2008

Altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, de 10 de junho de 1999.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando a Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água;

Considerando a Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, composto pelos volumes: I - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; II - Águas para o Futuro: Cenários para 2020; III - Diretrizes; e IV - Programas Nacionais e Metas;

Considerando a Resolução CNRH nº 67, de 7 de dezembro de 2006, que aprovou a Estratégia de Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; e

Considerando a Resolução CNRH nº 80, de 10 de dezembro de 2007, que aprovou o Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, resolve:

Art. 1º O inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 04, de 10 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de setembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH.....:

a) acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, sua implementação e revisões;

b) ~~manter-se informada sobre~~acompanhar e relatar ao Plenário do CNRH sobre o desenvolvimento dos planos de recursos hídricos estaduais e de bacias hidrográficas, bem como dos planos setoriais que possuam interface com a Política Nacional de Recursos Hídricos;

c) propor diretrizes para o aprimoramento do processo de elaboração e implementação de planos de recursos hídricos;

d) ~~promover~~propor mecanismos para articulação entre os planos de recursos hídricos: ~~o~~ nacional (PNRH), ~~os planos~~ estaduais (PERHs) e ~~os planos~~ de bacias hidrográficas (PBHs); e

e) ~~exercer as outras~~ competências constantes do regimento interno e ~~outras que vierem a ser~~ as que lhe forem delegadas pelo plenário do CNRH.”

~~Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.~~

Art. 32º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

EUSTÁQUIO LUCIANO ZICA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

Presidente

Secretário Executivo